

AGORA É NOSSA

ZEIS

Cartilha do PIRF Pici



Ficha Técnica

COORDENAÇÃO

Coordenadora geral:

Irlys Alencar Firmo Barreira

Equipe técnica:

Genilria Almeida Rios

Luíza Perdigão

Equipe de apoio:

Lorena Gomes

Nicolas Gonçalves e Costa

Vanessa Pereira

ARQUITETURA E URBANISMO

Coordenadora de área:

Clarissa F. Sampaio Freitas

Equipe técnica:

Romeu Duarte

Newton Becker

Carlos Eugênio Moreira de Sousa

Mariana Quezado Costa Lima

Nággila Taíssa Silva Frota

Lara Barreira de Vasconcelos

Raquel Dantas do Amaral

Marcela Monteiro dos Santos

Aline Feitoza de Gois

Júlia Brito Mafaldo

Maria Eduarda Sousa

Cavalcante

Pedro Vitor Monte Rabelo

Cícera Sarah Moura Rabelo

Ana Lívia Ferreira da Costa

Luíza Fonseca Pantoja

Denise Moreira Carvalho

Bárbara Soares Duarte

Manuela Teixeira Arias

Érika de Sousa Alves

Luana Rodrigues da Silva

Carolina Jorge Teixeira

Guimarães

Débora Costa Sales

Luísa Fernandes Vieira da Ponte

Stelme Girão de Souza

Tainah Frota Carvalho

Lara Macedo Sousa

GEOGRAFIA

Coordenador de área:

Eustógio Wanderley Correia Dantas

Equipe técnica:

Adryane Gorayeb Nogueira Caetano

Alexandre Queiroz Pereira

Maria Elisa Zanella

Maria Clélia Lustosa Costa

Jader de Oliveira Santos

João Sérgio Queiroz de Lima

Fabiano Fontenele

Mara Mônica Nascimento da Silva

Regina Balbino da Silva

Débora Maciel Castelo Holanda

Nara Gabrielle de Sousa Silva

Thomaz Willian de Figueiredo

Xavier

Assíria Batista Santos

Felipe da Silva Freitas

Liza Santos Oliveira

Geovannia Maria Candido da Silva

Samantha Eufrásio Rocha

POLÍTICAS PÚBLICAS

Coordenadora de área:

Roselane Gomes Bezerra

Equipe técnica:

Suely Salgueiro Chacon

Ruy Aurélio Batista Rolim de Souza

Marcelo Rodrigues Rabelo

Valdiana Silva de Oliveira

Gabrielly Sousa Andrade

Larissa da Silva Ferreira

Naiara Tainá de Souza Maia

Gerardo Aguiar Vale Neto

Amon Elpídio da Silva

Luiz Wanderley Lima Filho

ECONOMIA

Coordenador de área:

Gil Célio de Castro Cardoso

Equipe técnica:

André Vasconcelos Ferreira

Maione Rocha

Catarina Maria Rabelo

Selma Maria Peixoto Alcântara

Thaís Gabriela Veras Gama

Nicole Stephanie Florentino de

S. Carvalho

Paulo Torres Junior
Lucas Moreira Pontes
Bruno Almeida Bandeira
Natanael Alves Ferreira

SOCIOLOGIA

Coordenadora de área:
Danyelle Nilin Gonçalves

Equipe técnica:
Irapuan Peixoto Lima Filho
Francisco Willams Ribeiro Lopes
João Miguel Diógenes de Araújo
Lima
Giovanna Lima Santiago
Carneiro
Paula Cristina Barros Lopes
Jardelle Severo
Janaellen Alves de Lima
Ana Alice Lima de Sousa
Giovanna Freitas Rebouças
Natasha Martins de Matos
Simões
Cláudio Renan Gadelha Rocha

DIREITO

Coordenadora de área:
Lígia Maria Silva Melo de
Casimiro

Equipe técnica:
Beatriz Rêgo Xavier
Ana Caroline Nunes Martins
Eduardo Antônio Dias Cristino
Jacqueline Alves Soares

Higor Pinto Rodrigues
Lara Paula de Meneses Costa
Athirson Ferreira do
Nascimento
Flora Elis Braga de Sousa
Cidrack
Isabella Dantas Oliveira
João Vito Castro Silva
Layessa Edwiges Vieira Ferreira
Lorena Leônico Alves
Natália Brito e Souza
Paloma Luciano do Nascimento
Ruth Ana Pereira de Araújo
Thaís Oliveira Bezerra de Sousa

MOBILIZADORES SOCIAIS

Antonia Francinilda Vieira
Pereira
Cícera da Silva Martins
Cláudio Henrique Lima
Carneiro Brasileiro
Francisca Régia de Maria
Gabriel Arcelino do Rêgo
Jerssiane Alves Simão
Jonas Pereira de Jesus
Maria Micinete de Lima
Raimundo Nonato da Silva

EQUIPE TÉCNICA

**Instituto de Planejamento de
Fortaleza (IPLANFOR)**
Superintendente:
Eudoro Walter de Santana

Diretoria de Integração e Articulação de Políticas (DIART)

Diretora: Juliana Mara de
Freitas Sena Mota

Gerência de Integração de Políticas Públicas:

Gerente: Joana e Silva Bezerra
Kesselring

Gerência de Gerência de Políticas para Zonas Especiais:

Gerente: Natália Nunes Saraiva

Analistas de Planejamento e Gestão:

Armando Elísio Gonçalves da
Silveira
Gérsica Vasconcelos Góes
Haroldo Soares Lopes Filho

Comissão Técnica para o acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato 025/2019 (IPLANFOR/ FUNDAÇÃO CETREDE)

Ana Elisa Pinheiro Câmpelo de
Castro
Ellen Garcia de Silveira
Gérsica Vasconcelos Goes
Haroldo Lopes Soares Filho

PROJETO GRÁFICO

Projeto gráfico e ilustrações:
Jadiel Félix de Lima

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha apresenta de forma didática e resumida o **Plano Integrado de Regularização Fundiária – PIRF**. O Plano priorizou o empenho de melhoria das condições de habitação e convívio entre as comunidades.

O PIRF é um instrumento urbanístico que permite regularizar a moradia, fortalecendo a participação. Profissionais de várias áreas do conhecimento e instituições tais como a Universidade Federal do Ceará (UFC), o Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CETREDE) e Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) colaboraram nesse processo. A equipe pesquisou de forma sensível, dialogando sobre os rumos dos planos e a viabilidade das demandas comunitárias.

A cartilha apresenta os passos do trabalho, acompanhados de propostas, diretrizes e encaminhamentos necessários à regulamentação da área.

Espera-se que a cartilha cumpra a função de difundir informações, valorizar o saber dos moradores e contribuir para tornar o PIRF um caminho de valorização dos direitos sociais urbanos. A cartilha afirma **a importância da vida digna e reconhecida na cidade**.

A Coordenação do PIRF

LISTA DE SIGLAS

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CDRU - Concessão de direito real de uso

CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento

CUEM - Concessão de uso especial para fins de moradia

FBB - Fundação Banco do Brasil

GESPAR - Gestão Participativa para o Desenvolvimento

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPLANFOR - Instituto de Planejamento de Fortaleza

PIRF - Plano Integrado de Regularização Fundiária

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

REURB - Regularização Fundiária Urbana

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

UFC - Universidade Federal do Ceará

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social



SUMÁRIO

07

Parte 1

**PIRF, um passo depois
da ZEIS**

11

Parte 2

**O saber das comunidades
e o saber acadêmico**

19

Parte 3

**Apresentação dos cadernos,
propostas e diretrizes**

39

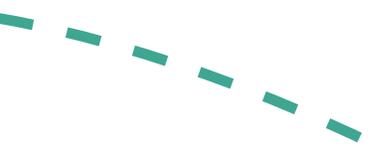
Parte 4

**O PIRF e os apoios
institucionais**

41

Parte 5

**PIRF: um instrumento de
planejamento cidadão**





PIRF

PIRF, UM PASSO DEPOIS DA ZEIS



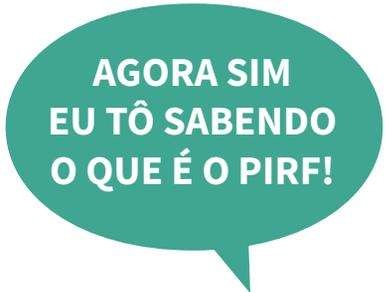
As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) representam a conquista de um antigo sonho das comunidades. É importante inicialmente lembrar que moradores que hoje residem nas áreas de ZEIS foram ocupando espaços na cidade, sem a garantia de permanência, por conta de impasses fundiários e interesses associados à valorização da terra urbana. As ZEIS estão presentes na legislação urbanística, nas agendas de reforma urbana e são responsáveis por **definir e proteger** essas áreas de moradia, tornando-se não só instrumentos

de defesa dos moradores como apoio importante na aplicação de políticas urbanas.

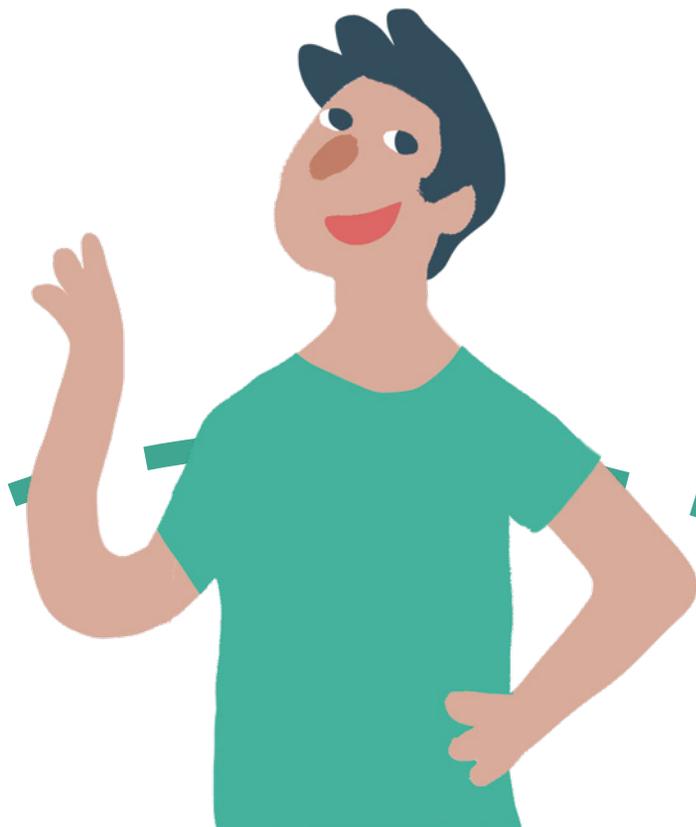
Contribuir para regularizar espaços urbanos tradicionalmente habitados da cidade de Fortaleza foi um dos objetivos do Plano Integrado de Regularização Fundiária (**PIRF**) que a Universidade Federal do Ceará (UFC), em colaboração com o Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), desenvolveu de forma **participativa e interdisciplinar**.



O PIRF representa um passo importante para que as ZEIS saiam do papel e cumpram sua função de dar à população os meios de completar o processo de **legalização** das moradias, assim como viabilizar a melhoria das **condições de organização e benfeitoria dos espaços coletivos**. O PIRF constitui um trabalho conjugado de investimentos que se baseou na **experiência** dos moradores, levando em conta a importância de **pensar a vida e a moradia** em sentido amplo: **trabalho, lazer, mobilidade e conforto ambiental**.



AGORA SIM
EU TÔ SABENDO
O QUE É O PIRF!



A COMUNIDADE
TEM DIREITO
À CIDADE!

VAMOS JUNTOS
ORGANIZAR
NOSSO ESPAÇO!





O SABER DAS COMUNIDADES E O SABER ACADÊMICO

O PIRF foi construído inteiramente com base na escuta e incorporação das demandas da comunidade. Nesse sentido, as várias áreas do conhecimento contribuíram para fazer um projeto de moradia coletiva, baseando-se em uma análise das carências e desejos dos diversos moradores em um espaço construído. O princípio que orientou o trabalho de elaboração do PIRF foi baseado no modo de habitar e viver dos moradores das ZEIS, compreendendo o desafio de promover o encontro das seguintes questões:



**REGULARIZAÇÃO
DA MORADIA**



**PLANEJAMENTO
DO ESPAÇO**



**PROTEÇÃO
DA ÁREA**



**MELHORIA DE
INFRAESTRUTURA**



**E REFORÇO
À MELHORIA
DA CONVIVÊNCIA**

Várias áreas do conhecimento investiram na metodologia de execução do projeto

Cada ramo do saber acadêmico contribuiu com a sua especialidade, aprimorando o processo de integração. Considerando que a universidade trabalha com departamentos separados, a própria conjugação da equipe de profissionais constituiu uma tarefa desafiadora, uma aprendizagem que foi se fazendo ao longo de todo o processo. Os professores e as comunidades realizaram uma intensa troca de conhecimentos.



ARQUITETURA



SOCIOLOGIA



GEOGRAFIA



DIREITO



POLÍTICAS
PÚBLICAS



ECONOMIA



Os professores e técnicos das áreas de Arquitetura, Direito, Economia, Geografia, Políticas Públicas e Sociologia empregaram diferentes metodologias na construção de todos os produtos do PIRF, ou seja:

- No **Diagnóstico** da realidade local, com análises **físico-ambiental, urbanística** e **fundiária**, mapeamento de **áreas de risco** e identificação da **oferta de equipamentos**;

- No Plano de **urbanização**; no mapeamento de **áreas de risco** e identificação da **oferta de equipamentos**;

- Na Normatização especial de **parcelamento, edificação, uso e ocupação do solo**;



- No Plano de **geração de trabalho e renda**;
- No Plano de **regularização fundiária**;
- e no Plano de **participação comunitária e desenvolvimento social**.

A elaboração de todos os produtos contou também com a contribuição dos mobilizadores sociais, dos conselheiros da ZEIS, de lideranças comunitárias, de comerciantes, empreendedores e moradores do território. Vários instrumentos metodológicos foram decisivos para compatibilizar consensos, tendo ampla participação das comunidades: reuniões, oficinas, capacitações, entrevistas, aplicação de questionários, etnografia rua a rua e a cartografia social.



Uma das primeiras questões que norteou o início do trabalho foi a apreensão de saberes populares organizados ou dispersos, obtidos através de **entrevistas, reuniões de elaboração de mapas sociais e oficinas.**

O reconhecimento do **saber popular** foi fundamental, sabendo-se que as comunidades são detentoras de um **capital social** acumulado ao longo dos anos. O saber das comunidades é adquirido atra-

vés da experiência de um viver coletivo que implica a construção de estratégias de sobrevivência e organização baseadas nos princípios de representação e conhecimento das demandas: **o que é considerado importante.** Nesse sentido as comunidades **conhecem sua história**, a relação com os poderes públicos, o desenvolvimento de formas associativas variadas (atividades culturais e artísticas) e os modos de pertencimento.

An illustration of a community meeting in a vibrant, colorful neighborhood. A woman with purple hair, wearing a yellow dress, sits on a wicker chair on a balcony, gesturing as she speaks to a group of five people standing below. The background shows a street with colorful buildings in shades of yellow, orange, red, and teal, with a large green tree and a street lamp. The scene is set in a bright, sunny environment.

As informações necessárias para a construção do PIRF basearam-se no reconhecimento da história local da comunidade, explorando a capacidade de diálogo com as possibilidades de tradução das demandas em projetos e desenhos cartográficos, tendo em conta a visão de futuro dos moradores.



APRESENTAÇÃO DOS CADERNOS, PROPOSTAS E DIRETRIZES

Caderno 1

PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho contém todas as etapas previstas na elaboração do PIRF. Inicialmente apresenta a organização das tarefas iniciais na Universidade, com a montagem das equipes das diferentes áreas. Em seguida, apresenta as etapas do processo, incluindo a mobilização junto às comunidades. Para a organização do trabalho houve instalação do **escritório de campo e seleção dos mobilizadores**. A interdisciplinaridade da equipe constituiu uma característica essencial para a construção de um trabalho que exigiu relação permanente entre diversas áreas do conhecimento, permitindo a elaboração dos cadernos que compõem o PIRF.

Os auxiliares de pesquisa que integraram o Projeto foram selecionados nas diversas áreas, considerando-se o interesse e a experiência no exercício das atividades competentes. Foram importantes na coleta de informações, adquiriram novos conhecimentos e colaboraram com os professores e as comunidades nas diversas

fases de duração do trabalho. As atividades de bolsistas implicaram treinamento e capacitação técnica feita por profissionais e diferentes professores responsáveis pelos produtos. Os bolsistas se tornaram habilitados para realizar atas de reuniões, síntese das oficinas, transcrição de entrevistas.

Após a montagem da equipe, a estratégia de execução do trabalho envolveu ampla participação dos moradores pertencentes às ZEIS e, nesse sentido, a metodologia de estudo tomou as instâncias de representação como mediadoras do conjunto das atividades. A equipe percebeu, ao longo do tempo, que a participação não é um processo espontâneo, mas construído na escuta das **demandas das comunidades** e tentativa de traduzi-las nos moldes do **planejamento possível**. Assim, foi considerada a existência de um saber comunitário baseado em **vivências e percepções** sobre formas de morar e conceber o espaço urbano.

O plano de trabalho apresenta uma síntese do conteúdo dos cadernos, contendo as etapas e propostas de reforma na área.

Caderno 2

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO, FÍSICO AMBIENTAL URBANÍSTICO E FUNDIÁRIO

O diagnóstico ajudou na elaboração dos cadernos do Plano, apresentando um desenho amplo do território projetado. Considerou que a comunidade possui uma experiência acumulada de participação e conhecimento crítico de suas condições de vida e moradia. Assim, a partilha de conhecimentos foi levada em conta nas diferentes metodologias de registro das informações, permitindo identificar o modo como os moradores percebiam e interpretavam suas condições de moradia e de vida, assim como as mudanças pensadas para a área.

Diagnóstico socioeconômico

O diagnóstico trabalhou tanto com dados coletados junto às comunidades como informações obtidas em várias instituições. Mapeou **atividades culturais, equipamentos educacionais, equipamentos de saúde e segurança**, verificando também as formas de **organização comunitária**. Apresentou a infraestrutura geral referente a serviços urbanos, **saneamento (água e esgoto), drenagem pluvial, coleta de lixo, rede elétrica e transporte coletivo**. O diagnóstico identificou o perfil socioeconômico do bairro, população; IDH e indicadores de violência.

Diagnóstico físico-ambiental urbanístico

Essa parte do diagnóstico caracterizou o **uso do solo** no território da ZEIS, verificando os imóveis com uso residencial, o padrão das edificações, com descrição do tamanho dos lotes, área construída, recuos e aberturas. Verificou a situação fundiária dos terrenos, com informações cartoriais. Elaborou banco de dados, com o cadastro socioeconômico da população residente por imóvel localizado por lote, tendo em vista minimizar as remoções de moradias existentes. As áreas não passíveis de ocupação foram registradas, a fim de evitar futuras situações de risco e de baixa qualidade ambiental. O documento apresentou as escalas de representação das plantas.

Diagnóstico fundiário

Esse item do diagnóstico observou a constituição da **base fundiária da gleba**: se particular, mista ou pública. Apresentou dados parciais sobre as informações de matrículas de Cartórios, SPU tendo em vista a realização de uma análise pormenorizada de todo o material de pesquisa encontrado, inclusive os elementos gráficos, como levantamentos topográficos, plantas elaboradas, memoriais descritivos, aprovados ou não.

Foram realizados estudos de **parcelamento do solo**, considerando a estrutura fundiária vigente e os condicionantes de ocupação existentes.

Cadernos 3 e 4

PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E NORMATIZAÇÃO DA ZEIS

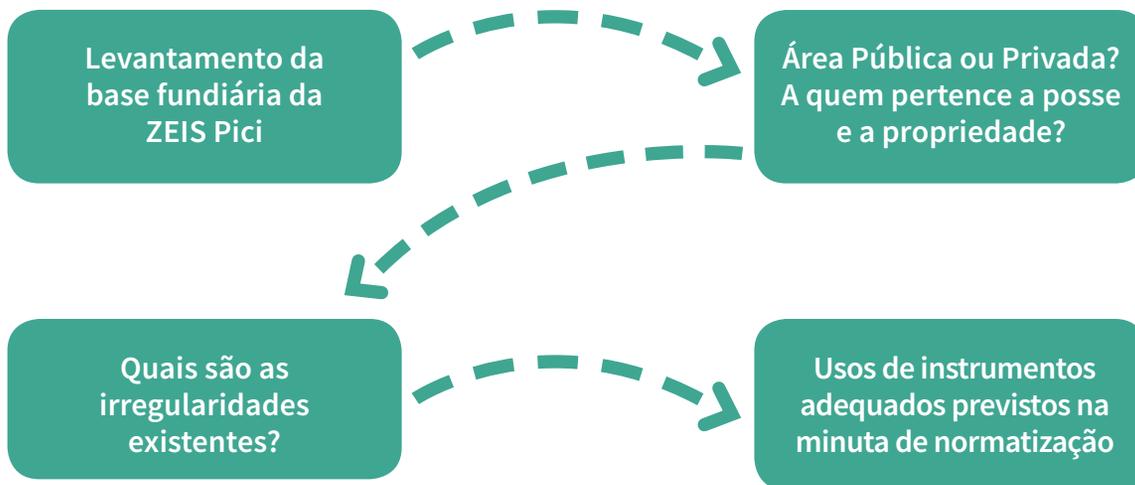
Os cadernos de Regularização Fundiária e Normatização apresentam estratégias administrativas e normativas para garantir o direito à moradia digna das pessoas pertencentes às ZEIS. Têm por objetivo garantir a **segurança jurídica da posse**, indicar a melhoria da qualidade urbanística do território, baseados nas decisões pactuadas com a comunidade e seguindo a diretriz da permanência dos moradores em seu território, com toda a estrutura e serviços necessários.

As propostas de regularização e normatização servirão de guia para a implementação das medidas pelo poder público, notadamente o Município de Fortaleza, bem como os demais órgãos da administração pública, acompanhados e fiscalizados pelo **Conselho Gestor da ZEIS**.

A caracterização da ZEIS: ZEIS tipo 1 (ZEIS de ocupação) inserida na Macrozona de Ocupação Urbana classificada como Zona de Requalificação Urbana – ZRU 1. É composta por dois tipos de irregularidade fundiária: loteamentos irregulares e assentamentos precários.

Tipo de regularização fundiária indicado para a ZEIS: **Regularização fundiária de interesse social (REURB-S)**.

Instrumentos aplicáveis: **Demarcação urbanística**, seguida das estratégias



apropriadas a cada situação jurídica de imóveis encontrados no território:

– *Assentamentos precários do tipo favelas em loteamentos privados ou irregulares não clandestinos, Assentamentos precários do tipo favela em áreas particulares não parceladas e Assentamentos precários do tipo favela em áreas não parceladas de titularidade desconhecida:* Aprovação e registro de parcelamento do solo, legitimação fundiária, legitimação de posse, usucapião e desapropriação

– *Assentamentos consolidados em fase de regulamentação (Planalto Pici):* Legitimação fundiária, concessão de uso especial para fins de moradia – CUEM e concessão de direito real de uso CDRU

– *Áreas não ocupadas por assentamentos precários (privados e sem identificação) inseridas nos loteamentos Parque São Cristóvão e Vila Marupiara:* Intervenção do poder público em loteamento irregular ou clandestino, legitimação fundiária, legitimação de posse, usucapião especial urbana e ação de adjudicação compulsória.

Caminho percorrido

 Pesquisa documental e nas bases de dados oficiais

 Análise e cruzamento de dados

 Aprovação do Plano pelo Conselho Gestor

 Definição dos cenários de irregularidades a serem enfrentadas no Plano de Regularização Fundiária

 Proposição de estratégias jurídicas para o enfrentamento dessas irregularidades

Caminho a percorrer

 Registro e Execução do Projeto de Regularização Fundiária

 Emissão e registro dos títulos outorgados aos moradores

PLANO URBANÍSTICO

O Plano Urbanístico consiste em uma etapa do Plano Integrado de Regularização Fundiária – PIRF que sugere como ponto focal da discussão sobre **requalificação do território** a necessidade de construção de uma **cidade integrada**. Ao tomar por base as informações multidisciplinares organizadas nas fases anteriores do trabalho, com ênfase no diagnóstico e na normatização, o caderno apresenta propostas de soluções para os principais conflitos de uso e ocupação do solo, considerando as limitações existentes na estrutura fundiária do território e na normativa ambiental federal.

Os resultados do plano urbanístico proporcionaram a elaboração de cenários possíveis **discutidos** e **pactuados** com os representantes da comunidade, por meio de amplo diálogo em formato de oficina. Portanto, esta etapa, para além da espacialização de estratégias, diretrizes, ações e prioridades, constituiu a consolidação de um processo dinâmico de planejamento capaz de se adaptar a ocorrências eventuais, inclusive alheias ao território analisado.

O plano é, então, um instrumento para que a comunidade da ZEIS permaneça nas suas reivindicações e conquiste melhorias de integração à cidade.

Propostas de melhorias habitacionais: resumo de problemáticas e possíveis soluções

Princípios iniciais

1. Respeito e valorização da história do local;
2. Acesso e utilização dos terrenos vazios e subutilizados do entorno;
3. Ampliação das redes de infraestrutura urbana – esgotamento sanitário e drenagem;
4. Melhorias habitacionais possíveis nas moradias

	Situações que devem ser identificadas no levantamento	Soluções de melhoria habitacional indicadas
Quanto à estrutura	Presença de: rachaduras, manchas de umidade ou de mofo nas paredes e pisos, goteiras; Estabilidade do telhado; Cômodos ou totalidade da construção montados com materiais provisórios (tapumes, papelão, plástico etc.)	Reconstituição de elementos estruturais (pilares, vigas, fundação ou paredes estruturais); Reforma ou reconstrução de telhado; Impermeabilização de superfícies; No caso de residências construídas com materiais provisórios, reconstrução com materiais definitivos.
Quanto à salubridade	Presença de: ventilação cruzada nos cômodos, entrada de luz solar nos cômodos, saída de ar nos cômodos geradores de odores (cozinha e banheiros)	Projeto e construção de torres de ventilação; inserção de telhas translúcidas nos cômodos; abertura de janelas; colocação de combogós; modificação da geometria do telhado para conformação de shed ou lanternim; abertura de fossos de ventilação ou quintais

Quanto à densidade de moradores	Mais de quatro pessoas dividindo o mesmo dormitório de forma permanente; Crianças dormindo no mesmo cômodo de adultos que mantém relações íntimas	Indicação de ampliação horizontal ou vertical para inserção de novos cômodos; Reforma com redistribuição dos cômodos da casa de forma que seja possível incluir novo cômodo na construção
Presença e qualidade de banheiro	Presença ou ausência de banheiro na unidade habitacional; Presença dos elementos básicos do banheiro: vaso sanitário, chuveiro e pia; Funcionamento adequado das louças sanitárias (saída e pressão de água, funcionamento da descarga, etc.); Presença ou ausência de piso e paredes impermeabilizadas nas áreas molhadas.	Construir banheiro (no caso de ausência); Projeto de reforma do banheiro; Programar revestimento impermeabilizado e antiderrapante em piso e nas paredes dentro do banheiro.
Quanto ao saneamento	Verificar a conexão com rede de esgotamento e drenagem; Verificar a existência de fossa/sumidouro embaixo de piso de parte construída da casa; Verificar o funcionamento de fossa (caso não seja atendido por rede pública de saneamento básico);	Corrigir conexão em rede de drenagem pluvial para rede de saneamento básico; Remover e aterrar fossa sumidouro abaixo de casas e refazer elementos de piso e estrutura necessários; Limpeza e correção de fossa somente para residências em logradouros onde não passa ainda rede pública de saneamento básico.
Questões específicas	Verificar se o piso da residência está abaixo do nível da rua.	Subir nível do piso e do telhado, deixando o nível do piso da casa acima do nível do logradouro público e com pé direito confortável.

FONTE: Equipe PIRF UFC

Estabelecimento de priorização das intervenções segundo demandas da comunidade

EIXO MOBILIDADE

Qualificar as vias existentes de acordo com as definições de padronização do Plano Urbanístico, com qualificação das dimensões da caixa viária, de pavimentação, implementação de mobiliário urbano, arborização e iluminação pública

Instalar semáforo de tempo com sinalizador sonoro na via coletora especial do tipo C — Rua Pernambuco (cruzamento com a via Rua Santo Amaro e no cruzamento desta com a Rua Vitória/Rua Carlos Jereissati)

Instalar semáforo de pedestre com sinalizador sonoro em frente às escolas EEMTI Antonieta Siqueira, EMEIF Dr. José Bonifácio de Sousa e EEEP Júlia Giffoni — e em frente à Unidade Básica de Saúde César Cals de Oliveira Filho

Implementar faixa elevada de pedestre no cruzamento da Rua Pernambuco com a Rua Pirapitinga e no cruzamento da Rua Pernambuco com a Rua Tenente Lauro

Implementar faixas de pedestre no decorrer das vias Rua Santo Amaro e Rua Vitória/Rua Carlos Jereissati

EIXO ESPAÇOS LIVRES

Criar parque linear na Rua Pernambuco

Parcelar o terreno do DNOCS, com a destinação da área mais intensamente arborizada para criação de um parque de infiltração de no mínimo 3 ha e duas praças

Desapropriar e parcelar o terreno em uso como depósito da loja Liliani, com a destinação da área mais intensamente arborizada, como consta no mapa, para a construção de praça

Reformar e qualificar os espaços livres do entorno do CUCA

EIXO EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Construir e implementar um novo posto de saúde localizado no terreno do DNOCS

Construir e implementar 2 creches no terreno do DNOCS

Construir e implementar Creche e Escola de Educação Infantil na Rua Pernambuco

Implementar Uniseg

Construir e implementar uma unidade de Atendimento Psicossocial

Realizar o rezoneamento dos equipamentos de educação e saúde existentes

EIXO SANEAMENTO AMBIENTAL

Instalar lixeiras públicas em espaços livres e vias com prioridade para as proximidades das travessas e becos com impossibilidade de passagem dos automóveis coletores de resíduos sólidos identificados, de acordo com o estabelecido pelo Plano Urbanístico contido no PIRF

Fazer ligação das casas com a rede de esgotamento sanitário e realizar reforma através do Programa de Melhorias Habitacionais para desativação das fossas sépticas e sumidouros atrelado ao Programa Fortaleza Sustentável

Ampliar rede de esgotamento sanitário para as áreas não atendidas nos conformes do Plano Urbanístico

Espaços públicos

Para que as ações propostas no Plano Urbanístico sejam efetivadas, algumas medidas prévias são necessárias, como a regularização **fundiária** e a **garantia de alguns terrenos** para a construção de **infraestrutura, equipamentos e habitação**. É possível haver a necessidade da compra de terrenos pela Prefeitura, de modo a assegurar o interesse público.



Fonte: Equipe de Arquitetura do PIRF

PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

O Plano desenhou os **arranjos produtivos locais**, as **vocações** e **potencialidades** experimentadas pelos diferentes segmentos do território/ZEIS. Examinou pontos fortes e fracos dos arranjos produtivos, verificando condições desses/as empreendedores/as alcançarem melhores resultados.

Nesse sentido, discutiu negócios que envolvem pequenos empreendimentos estabelecidos na comunidade, a partir das potencialidades, **solidariedade** e promoção de **desenvolvimento local**.

A metodologia adotada espelhou-se em três experiências ajustadas à realidade do território/ZEIS:

- 1) *Metodologia GESPAR – Gestão Participativa para o Desenvolvimento*, caracterizada pela participação nos processos de formação, capacitação e o reconhecimento dos saberes popular e técnico;
- 2) *Metodologia de Sustentabilidade* que valoriza a participação da comunidade na construção do desenvolvimento local, tendo como foco as cadeias produtivas e tecnologias sociais, além das políticas públicas, visando ao combate à pobreza e inclusão socioprodutiva;

e **3) Metodologia do Plano de Negócio/Sustentabilidade** da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG que segue princípios participativos, incluindo autogestão.

O Plano valorizou a participação e autonomia da população local sobre a realidade, incluindo um olhar sobre microeconomia e sua relação com as condições dos espaços e das políticas públicas fomentadoras de iniciativas de trabalho e renda.

Sua implementação resultou na aplicação de diversas ferramentas, como Ações de Sensibilização e Mobilização do Território, Oficina de Diagnóstico Participativo, Oficina Planejamento e Economia Solidária, Oficina Gestão Estratégica e Operacional voltada à Economia Solidária, Oficina Plano de Negócio Sustentável e Solidário, Jornada de Reconhecimento e Ajustes do Plano. O II Seminário Cearense de Economia Solidária: geração de trabalho e o 18º Feirão de Economia Solidária e Agricultura Familiar ajudaram a delinear um panorama da potencialidade da economia solidária no território da ZEIS Pici.

Foram identificados 4 fortes arranjos produtivos na ZEIS Pici: Arte e cultura, alimentação, artesanato e confecção, tendo sido procedida, a partir dos dados coletados nas oficinas, a análise dos mercados e suas operações financeiras. Tra-

balhos com metalurgia, oficina mecânica, consertos de eletrodomésticos estão também presentes no Pici.

Constatou-se diversos problemas/ameaças na configuração desses arranjos produtivos da ZEIS Pici, tais como ausência de incentivos para a cultura local, desconhecimento sobre operações financeiras (como fluxo de caixa, conceitos sobre receita-despesa-lucro), descontrole contábil, desconhecimento do mercado de ação e ausência de crédito para financiamento de atividades. Também se destacam nesses arranjos forças que incentivam o seu fortalecimento, tais como a diversidade cultural e empreendedora, o reconhecimento identitário da comunidade, a alta comercialização dos produtos produzidos (confecções e artesanato) e a utilização de redes sociais para a divulgação de seus produtos.

O Plano sugere condicionantes que devem ser considerados pelo **ente público**, dentre as quais se destacam a **disponibilização de recursos** financeiros, a compreensão sobre os princípios, valores e objetivos da Economia Solidária por parte da população, dirigentes e servidores públicos e parcerias com instituições que apoiam grupos produtivos solidários estabelecidas, de modo a fortalecer e consolidar experiências que promovem o desenvolvimento local.

PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social consolidou estratégias de informação, mobilização, organização e capacitação da população. Também construiu, a partir dos indicadores, as diretrizes e propostas de mudança. O Plano de Participação pode ser definido com um instrumento para nortear caminhos a serem percorridos tendo em vista efetivar as ações propostas pelo PIRF.

O conhecimento é poder e só por meio da informação haverá uma maior inserção da comunidade e conscientização da importância de como buscar os seus direitos. Ter moradia digna vai além do direito de habitar e políticas públicas diversas devem ser implementadas no território da ZEIS Pici, políticas ambientais, de infraestrutura, de habitação, culturais, de educação e de saúde são fundamentais para contribuir com a construção de uma cidade mais democrática e justa.

Foi a partir do contato, conversas e partilhas de informações que se identificaram as principais forças e ameaças da ZEIS Pici, e também as demandas mais urgentes, como a necessidade de um posto de saúde no território, um espaço multifuncional de lazer e a ampliação da creche. O documento regulatório de casas e a melhoria da infraestrutura de saneamento da ZEIS também são fundamentais para o bem-estar coletivo da população. As ações de participação social devem estar vinculadas a instrumentos jurídicos a serem dispostos no Plano Diretor de Fortaleza,

Lei complementar n. 69/2009, incluindo normativas específicas e ações criadas com a finalidade de apoiar ações previstas no PIRF das ZEIS Pici.

No caso do PIRF, a estruturação formal e material do sistema de participação social dentro das políticas urbanas e ações públicas para a promoção do direito à moradia adequada deverão conter propostas feitas pela comunidade. As Instituições Públicas podem cumprir tal função de múltiplas maneiras, dentre elas:

- i) atuar especificamente no fortalecimento de iniciativas coletivas voltadas para a execução do PIRF, apoiando o funcionamento de estruturas específicas e facilitando cursos de capacitação mediados pela presença do Conselho Gestor das ZEIS;
- ii) estimular a formação e ativação de comissões específicas de acompanhamento de obras aliadas ao Conselho Gestor e outras formas coletivas de organização.
- iii) incorporar, na estrutura municipal, as comissões de participação social para as etapas de pré-contratação, pré-obras, obras e pós-obras de execução do PIRF;
- iv) atuar e contribuir para maior transparência, racionalidade e eficiência administrativa, estabelecendo um canal de diálogo com os moradores da ZEIS;
- v) direcionar políticas públicas municipais focadas em funções distributivas e inclusivas de participação, coerentes com as definições normativas sobre participação.

Caderno 8

PLANO DE COMPATIBILIZAÇÃO

O Caderno de Compatibilização contém os referenciais básicos dos produtos anteriores, apontando etapas e ajustes necessários à execução do PIRF.

Os planos mostraram o desafio das intervenções em áreas caracterizadas por situação de precariedade e modos de vida não inscritos na lógica dos direitos sociais.

O caderno levou em conta as informações organizadas nas diversas fases do PIRF, apresentando soluções para enfrentar conflitos de uso e ocupação do solo que se fazem acompanhar de limitações existentes na estrutura fundiária do território e na normativa ambiental federal. Em termos concretos, a regularização fundiária e o plano urbanístico consideraram as eventuais remoções para melhorias enfatizando o **abrandamento de riscos**. Em todos esses movimentos, o diálogo como a comunidade e o apoio do IPLANFOR ajudaram no processo de compatibilização.

Por ser uma síntese dos cadernos anteriores poderá ter uso mais prático nas reuniões das comunidades, supondo também ser transportado em eventuais contatos com outras instituições.



O PIRF E OS APOIOS INSTITUCIONAIS

O PIRF contou com apoios necessários de instituições tanto no momento de sua elaboração como de desenvolvimento do trabalho. O IPLANFOR solicitou a elaboração de um plano de trabalho junto a UFC, que por sua vez atribuiu ao CETREDE a execução financeira do projeto. A universidade apoiou com o trabalho de professores, dando ainda suporte logístico para as reuniões e treinamento das equipes. Vários laboratórios de pesquisa da universidade contribuíram na reflexão coletiva de propostas, agregando a participação de alunos da graduação e pós graduação que muito aprenderam no processo.

A composição do Conselho Gestor (a partir de uma eleição) foi fundamental para decidir sobre um Plano Específico

de desenvolvimento da respectiva comunidade. É a comunidade, por meio de seu Conselho Gestor que decide sobre as ações sugeridas no plano. O Conselho Gestor pode também ser consultado quando outras ações do Poder Público ocorrerem dentro das ZEIS.

O Conselho Gestor, composto de representantes de instituições ligadas à gestão urbana e lideranças comunitárias vem cumprindo um papel importante de reunir conselheiros, discutir com as comunidades e aprovar as propostas sugeridas nos planos presentes em cada caderno. Ao longo do processo de intervenção urbana na ZEIS, o Conselho Gestor terá papel relevante no acompanhamento de obras e diversas ações que se fizerem necessárias para a realização do PIRF.



PIRF: UM INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO CIDADÃO

O PIRF é um instrumento de regularização e urbanização das ZEIS que precisa ser utilizado pelas comunidades através das diferentes formas de organização existentes nos bairros. É necessário que o PIRF acione ações estratégicas, incluindo passos institucionais capazes de dialogar com o Plano Diretor, leis municipais e compromisso com candidatos à Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal. É importante considerar que o processo de elaboração do PIRF abriu possibilidades de engajamento de novos projetos de extensão liderados pela universidade

que poderão dar apoio e continuidade de pesquisas de natureza urbanística que contribuam para o fortalecimento do desenvolvimento comunitário.

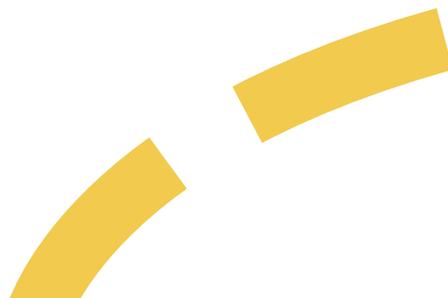
A unidade de propostas, articulação institucional e direitos de cidadania são fundamentais para o encaminhamento dos trabalhos pactuados nas comunidades.

Unidade

Tendo em vista a diversidade das formas de ocupação do espaço é importante que o PIRF seja reconhecido como legítimo pelo maior número possível de moradores. Através dele é viável pensar na **valorização do local de moradia**, não no sentido especulativo, mas relacionado ao **senso de pertencimento**. Isso significa dizer que os moradores passam a **se sentir parte da cidade**.



Dar unidade ao conjunto diverso de anseios da comunidade, verificando prioridades e sentidos de melhoria representou o grande desafio do PIRF.



Na condição de ser um documento de cidadania o Plano permite:

1 Melhoria das condições de habitação



2 Aumento da mobilidade entre os espaços internos das ZEIS



3 Aumento das potencialidades econômicas e culturais



4 Reforço às diferentes formas organizadas de participação



Articulação Institucional

Além do reconhecimento interno à comunidade é importante que o PIRF seja encaminhado às instituições competentes através de ações previstas nos vários cadernos que delimitam a regularização e urbanização. É a ação contínua dos moradores através do Conselho Gestor e das organizações de acompanhamento e preservação das obras que irá garantir o sentido do PIRF como documento de cidadania, com presença nos espaços de planejamento urbano.

Direitos e cidadania

A regularização dos espaços de moradia supõe o direito à cidade. Nesse sentido os moradores saem da condição de “problemas urbanos” e se tornam sujeitos com participação na cena pública.

É importante fortalecer os movimentos culturais de cunho identitário presentes no Pici, valorizando a criatividade local. O PIRF deve instituir entre os moradores uma **visão de futuro** que pode se aproximar do sonho das comunidades, associando **estabilidade, reconhecimento de direitos e melhoria das condições de vida coletiva na cidade.**



PARA SABER MAIS

LEI COMPLEMENTAR Nº 062, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009

Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências.

<http://urbanismoemioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/124-plano-diretor-de-fortaleza>

CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA (CUEM)

- ✓ Pode ser concedida gratuitamente e sem prazo.
- ✓ É transmitida aos sucessores do titular original.
- ✓ É necessário que o morador exerça a posse ininterrupta e sem oposição de área pública da União por no mínimo cinco anos completos até a data de 22 de dezembro de 2016.
- ✓ Utilização para moradia própria ou da família.
- ✓ Titular não pode ser proprietário ou concessionário de outro imóvel.

CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

- ✓ Fornece menor segurança jurídica em relação à CUEM.
- ✓ Não são exigidos requisitos de tempo mínimo de posse e tamanho do imóvel.
- ✓ Pode ser registrada no cartório de registro de imóveis.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS IMÓVEIS SITUADOS EM ÁREAS PRIVADAS

- ✓ As informações colhidas no procedimento de demarcação urbanística irão auxiliar a análise acerca dos proprietários dessas áreas e será possível afirmar se os registros em nome de particulares são válidos.
- ✓ Caso confirmada a validade de tais registros, a regularização deve ocorrer mediante legitimação fundiária, legitimação da posse ou usucapião especial urbana, conforme o caso.

LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA

- ✓ O morador adquire a propriedade do imóvel.
- ✓ Não depende do ingresso de ações judiciais.
- ✓ É necessário que o morador não seja concessionário, proprietário ou foreiro de outro imóvel e não tenha sido contemplado com a legitimação fundiária ou da posse de outro imóvel.
- ✓ Pode ser concedida para imóveis não residenciais desde que reconhecido o interesse público na sua utilização.

LEGITIMAÇÃO DE POSSE

- ✓ Reconhecimento formal pelo poder público de que o morador exerce a posse sem oposição de imóvel situado em núcleo informal regularizável.
- ✓ Após 5 anos o título de legitimação de posse é convertido automaticamente em título de propriedade do imóvel.
- ✓ Não é necessário o ingresso com ações judiciais.

LEGITIMAÇÃO DE POSSE

- ✓ Exercício da posse sobre imóvel de até 250m², por pelo menos 5 anos sem interrupção e sem oposição.
- ✓ Utilização para moradia própria ou da família.
- ✓ Não possuir outro imóvel.
- ✓ O responsável pela concessão é o Município de Fortaleza.

USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA

- ✓ É necessário ingressar com ação judicial com auxílio da Defensoria Pública Estadual.
- ✓ O morador adquire o título de propriedade do imóvel.
- ✓ Possui modalidade individual ou coletiva.
- ✓ Posse mansa, pacífica, ininterrupta por no mínimo 5 anos.
- ✓ Imóvel de até 250m².
- ✓ Utilização para moradia própria ou da família.
- ✓ Não ser detentor da posse ou proprietário de outro imóvel.

ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL

- ✓ Redefinição da Zona de Proteção Ambiental na forma aprovada no Plano Urbanístico e no Plano de Normatização Especial.
- ✓ Aprofundamento dos estudos para a definição de estratégias seguras de manutenção das moradias em áreas de proteção ambiental.

AQUISIÇÃO DOS IMÓVEIS VAZIOS OU SUBUTILIZADOS

- ✓ Devem ser destinados ao reassentamento de moradores na execução de projetos de melhoramento urbanístico a serem pactuados com a mediação do Conselho Gestor.
- ✓ Devem ser utilizadas para a viabilização de áreas vazias e de equipamentos para a comunidade, conforme Plano Urbanístico aprovado.

Acesse o site do PIRF:

www.participapirf.com



INFORMAÇÕES ÚTEIS

Prefeitura Municipal de Fortaleza

Endereço: Rua São José, 01, Centro,
Fortaleza - CE, CEP 60765-165,
Telefone: 0800 285 0880
Site: www.fortaleza.ce.gov.br

Iplanfor

Endereço: Rua São José, 01,
Centro, Fortaleza - CE
CEP - 60.712-005
Telefone: 3105.1314

Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma)

Endereço: Av. Dep. Paulino Rocha, 1343,
Cajazeiras, Fortaleza - CE
CEP 60864-310
Telefone: (85) 3452-6901

Secretaria Regional III

Endereço: Av. Jovita Feitosa, 1264,
Parquelândia, Fortaleza - CE
CEP 60455-410
Telefone: (85) 3433.2919

Camara Municipal de Fortaleza

Endereço: Rua Dr. Thompson Bulcão, 830,
Eng. Luciano Cavalcante, Fortaleza - CE
CEP 60810-460
Telefone: 85) 3444-8300
Site: www.cmfor.ce.gov.br

Universidade Federal do Ceará

Endereço: Av. da Universidade, 2853,
Benfica, Fortaleza - CE, CEP 60020-181,
Telefone: (85) 3366-7300
Site: www.ufc.br

Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CETREDE)

Endereço: Av. da Universidade, 2932 -
Benfica, Cep 60020-181, Fortaleza - Ceará
Telefone: (85) 3214-8200
Site: www.cetrede.com.br

Laboratório de Estudos de Política, Educação e Cidade (LEPEC)

Endereço: Departamento de Ciências Sociais,
Av. da Universidade, 2995, 1º andar – Benfica,
Fortaleza – CE, CEP 60.020-180
Telefone: (85) 3366-7427
Site: www.lepec.ufc.br

Laboratório de Cartografia (LABOCART)

Endereço: Campus do Pici, bloco 911,
Departamento de Geografia, Fortaleza - CE
CEP: 60440-900
Site: www.labocart.ufc.br

Laboratório de Climatologia e Recursos Hídricos (LCRH)

Endereço: Campus do Pici, bloco 911,
Departamento de Geografia, Fortaleza - CE
CEP: 60440-900
Site: lcgrhufc.blogspot.com.br

Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR)

Endereço: Campus do Pici, bloco 911,
Departamento de Geografia, Fortaleza - CE
CEP: 60440-900
Site: sites.google.com/a/metrowiki.net/lapur/Home

Núcleo de Apoio à Gestão Pública (NAGEP)

Endereço: Campus do Pici, Departamento de Estudos Interdisciplinares, bloco 860, Fortaleza - CE, CEP: 60020-181,
Telefone: (85) 3366-9664
Instagram: [@nagep.ufc](https://www.instagram.com/nagep.ufc)

Programa de Extensão e Pesquisa em Economia e Meio Ambiente (Progepa)

Endereço: Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade FEAAC/UFC, Av. da Universidade, 2486, Benfica, Fortaleza - CE, CEP 60020-180
Telefone: (85) 3366.7798

Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária (NAJUC)

Endereço: Faculdade de Direito da UFC, R. Meton de Alencar, S/n, Centro, Fortaleza - CE, CEP 60035-160
Facebook: NAJUC-UFC
Instagram: [@najuc.ufc](https://www.instagram.com/najuc.ufc)

Programa de Educação Tutorial em Arquitetura e Urbanismo (ArqPET)

Endereço: Av. da Universidade, 2890, Benfica, Fortaleza - CE, CEP 60020-181
Site: pet.arquitetura.ufc.br

Conselho Gestor do Pici

Titulares: Gilvan De Souza Silva, Francisco Fernando Martins, Francisco Ricardo De Souza, Jackeline Alves França, Maria José Moises De Almeida, Antônio Leonor De Maria

Suplentes: Djalma Pereira Lima, Vilguemberg Silva Do Nascimento, Maria Das Dores Vieira Pereira, Antônio Jose De Jesus

Org. Civil : Taramela – Assessoria Técnica Em Arquitetura E Cidade, Espaço Cultural Frei Tito De Alencar – Escuta

Poder público: Gabinete do Prefeito; Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR; Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - HABITAFOR; Coordenadoria Especial de Participação Social – CEPS; Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA; Secretaria Regional III; representante da Câmara Municipal de Fortaleza.



PIRF

Plano Integrado
de Regularização Fundiária



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



Prefeitura de
Fortaleza
Instituto de Planejamento
de Fortaleza



FUNDAÇÃO CETREDE
FUNDAÇÃO DE APOIO À CULTURA, À PESQUISA E AO
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



LABOCART
LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO
E CARTOGRAFIA SOCIAL



LCGRH
Laboratório de Climatologia
Geográfica e Recursos Hídricos



NAJUC
NÚCLEO DE ASESORIA JURÍDICA COMUNITÁRIA

